



# 40ª SEMAD

Semana do Administrador da UEM



## **ESTUDO COMPARATIVO DAS AÇÕES VOLTADAS À EDUCAÇÃO FINANCEIRA, REALIZADAS POR DUAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO QUE PRESTAM SERVIÇOS DE MICROFINANÇAS.**

*Alan Guran Matos  
Ligia Greatti*

### **RESUMO**

O estudo desenvolvido relata como as instituições financeiras atuam para promover a educação financeira. O objetivo do estudo é analisar as ações e iniciativas destas instituições a favor da difusão da educação financeira e compreender quais são as semelhanças e diferenças dessas ações entre as instituições analisadas e quais se destacam no tema. A pesquisa se caracterizou como um estudo qualitativo utilizando para a coleta de dados a pesquisa documental e análise de relatórios das instituições e documentos disponibilizados pelas mesmas, bem como dados presentes em matérias publicadas em jornais relacionadas com o tema, visto que por conta da pandemia foram prejudicados os contatos para entrevistas. Observou-se que existem programas que vigoram o ano todo, mas que as ações das instituições se intensificam na Semana ENEF. Constatou-se que as cooperativas de crédito são importantes promotoras da educação financeira no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação financeira. Cooperativas de crédito. Desenvolvimento sustentável.

## **1 INTRODUÇÃO**

Segundo o BCB (2011), a inclusão financeira é um processo que visa inserir pessoas pouco ou totalmente excluídas do sistema financeiro por meio da promoção de políticas apropriadas a diferentes realidades, permitindo tomada de decisão adequada a sua necessidade. Dessa forma, “a utilização desses serviços financeiros deverá ser sustentável, garantindo o equilíbrio para a sociedade, para os agentes econômicos e, também, em nível individual” (BCB, 2011, p. 17), destacando assim a importância da Educação Financeira.

Segundo Augustinis, Costa e Barros (2012, p.84) educação financeira “está relacionado ao método pelo qual se pode alcançar as competências necessárias para a compreensão de questões relativas à economia e a finanças”. Ser educado financeiramente é ter a capacidade de planejar e tomar decisões financeiras de forma correta, deve-se estar atento ao mercado e assuntos como dinheiro, crédito, investimentos, impostos, entre outros que são considerados relevantes na oferta de produtos e serviços financeiros (HIRA, 2009).

As instituições financeiras, por sua vez, também têm como responsabilidade atentar-se à concessão de uma educação financeira aos seus clientes, principalmente os incluídos de baixa renda, pois a falta de educação financeira leva as famílias ao alto endividamento e alto comprometimento da renda.

Em vista da crescente necessidade da Educação Financeira, instituições têm investido tempo e dinheiro em projetos que viabilizam o processo democrático de levar a Educação Financeira a todos. A participações de agentes educadores como as instituições financeiras se mostra essencial nesse processo. Ações essas, que muitas vezes serão a primeira ou única oportunidade na vida de muitas pessoas que se encontram em estado de exclusão financeira.

Portanto, o presente estudo é de natureza descritivo-qualitativa, e teve como objetivo analisar as ações e iniciativas destas instituições a favor da difusão da educação financeira e compreender quais são as semelhanças e diferenças dessas ações entre as instituições analisadas e quais se destacam no tema.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 INCLUSÃO FINANCEIRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

À medida que a Economia mundial se torna mais dinâmica e ágil muitas pessoas se perdem no processo de consciência financeira, ou seja, poucos sabem sobre como funcionam as relações financeiras entre consumo e capacidade de gerar receita. Em meio a essa desinformação nasce a Educação Financeira, com o propósito de trazer esclarecimento. O processo de educação financeira está relacionado intrinsecamente ao processo de inclusão financeira, que se trata de incluir no mercado financeiro uma grande parcela da população não participante da bancarização e alheia ao sistema financeiro nacional, ou seja, levar a essa população tudo aquilo que está relacionado com a dinâmica financeira, como produtos e serviços financeiros, aliado a conscientização do uso de recursos através da educação financeira.

O desenvolvimento econômico de uma nação é eficiente quando se tem um sistema financeiro adequado as condições de sua população. Entretanto em inúmeros países do mundo, grande parte da população não tem acesso, ou pelo menos de qualidade, a serviços financeiros. Segundo Demirguc-Kunte Klapper, (2012) isto tende a gerar “exclusão financeira” e contribuir para desigualdade social e fragilizar o desenvolvimento. Kempson et al. (1999) acrescenta que é possível verificar, cinco maneiras de exclusão financeira: exclusão de acesso, de preço, de

condição, de mercado e a auto exclusão, porém as dimensões da inclusão financeira são resumidas em três: uso, acesso e qualidade.

Os excluídos financeiramente são aqueles grupos para os quais o mercado financeiro não foi capaz de oferecer serviços formais e adequados às suas necessidades. Nesse sentido, a inclusão financeira é uma discussão que cresce a cada dia em diversos países e cuja importância tem tomado grande atenção dos estudiosos do ramo, agentes econômicos, governantes e instituições financeiras, em razão de seu elevado benefício social e do seu grande potencial econômico. Refere-se ao acesso das empresas e famílias a serviços financeiros formais adequados e que satisfaçam suas necessidades. Produtos apropriados que atendam às necessidades dos clientes são sustentáveis para provedores e usuários, mas que não envolvam preços abusivos são outros aspectos importantes (BECK, 2015).

Soares e Melo Sobrinho (2008) definem que as ações em inclusão financeiras são baseadas em três pilares: microfinanças, cooperativas e correspondentes. Esses podem melhorar substancialmente a oferta por serviços financeiros para as populações carentes. A inclusão financeira se envolve de maneira multidimensional, e existirá quando toda população puder fazer nem que seja de maneira simples e consciente o uso dos serviços financeiros que forneçam o bem-estar do cidadão, de uma forma conveniente e preços acessíveis a toda comunidade (BCB, 2015).

O Banco Central do Brasil vem contribuindo muito para a inclusão financeira e reforçando substancialmente o papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento de uma comunidade. Por meio de seus valores e princípios o cooperativismo é um ator de grande relevância e é tratado como a instituição perfeita para realizar a inserção de novas pessoas no sistema financeiro (FELTRIM, VENTURA E DOHL, 2009).

O Banco Central do Brasil (BCB), para fomentar a inclusão financeira, desenvolveu fóruns de inclusão financeira entre os anos de 2009 e 2015, gerando Relatórios sobre a Inclusão Financeira (RIFs) dos anos de 2011, 2012 e 2015. Com a evolução do cenário e novos desdobramentos, em 2013 o conceito evoluiu, e atualmente é tratado de maneira mais abrangente, dentro das discussões sobre Cidadania Financeira, da qual trataremos de forma mais branda devido ao foco do estudo em questão. Os frutos produzidos a partir dos debates realizados nos fóruns foram marcos importantíssimos para a inclusão financeira no Brasil. Entre os temas abordados durante os eventos podem-se destacar: Articulação entre atores; Papel do Estado; Papel do BCB; Marco Regulatório; Restrição a funding; Educação Financeira; e Diagnóstico de mercado (BCB, 2011).

O primeiro RIF, número I, definido em 2010 foi resultado dos debates do Fórum de Inclusão Financeira do Banco Central de 2009, assim como o RIF número II foi definido em 2011 a partir de desdobramentos do fórum de 2010. O RIF de número III, o último desenvolvido pelo Banco Central, foi elaborado somente em 2015, ou seja, englobou delineamentos definidos de todos os fóruns realizados no período em questão e teve foco no que considerava as três vertentes da inclusão: “i) acesso – disponibilidade de serviços e produtos financeiros; (ii) uso – extensão e profundidade de uso de serviços financeiros; e (iii) qualidade - relevância dos serviços e produtos financeiros para a vida diária do consumidor” (BCB, 2015, p.9). A tabela a seguir demonstra a evolução da definição de inclusão financeira ao longo dos RIFs número I, II e III e por fim do relatório mais recente de cidadania financeira, definido em 2018 também pelo Banco Central:

**Quadro 1 – Evolução da definição de Inclusão Financeira**

Relatório	Definição de Inclusão Financeira
Relatório de Inclusão Financeira -Número I (2010)	Prover acesso a serviços e produtos financeiros adequados às necessidades da população.

Relatório de Inclusão Financeira -Número II (2011)	Processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para sua qualidade de vida.
Relatório de Inclusão Financeira -Número III (2015)	Estado no qual toda a população tenha acesso e faça uso, de maneira simples, equilibrada e consciente, de serviços financeiros que tragam ganhos de bem-estar ao cidadão, de maneira conveniente e por preços acessíveis.
Relatório de Cidadania Financeira (2018)	Estado em que todos os adultos têm acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros providos por instituições formais: crédito, poupança (entendida em termos amplos, incluindo contas transacionais), pagamentos, seguros, previdência e investimentos.

Fonte: (BCB, 2010, p. 17; BCB, 2011, p. 8; BCB, 2015, p. 18; BCB, 2018, p. 50).

Como pôde ser verificado, a inclusão financeira foi sendo lapidada no decorrer dos anos. A utilização do termo se tornou cada vez mais abrangente e completa, e hoje é definida com outros delineamentos, se enquadrando como parte do processo de Cidadania Financeira, porém não deixando de ser abordada pelos atores envolvidos. Trata-se apenas de uma evolução no conceito, que passou a ser considerado mais amplo, englobando aspectos que eram deixados de lado anteriormente, mas aumentando ainda mais a importância do debate.

O relatório de Cidadania Financeira do Banco Central de 2018 define que inclusão está ligada com cidadania, o indivíduo deve ter direito aos serviços das instituições financeiras, podendo obter informações e condições dos serviços que deseja contratar, e ao mesmo tempo ter respeito às regras, ter conhecimento dos seus compromissos, se informar sobre seus direitos financeiros, obter informações de onde e como reclamar (BCB, 2018a).

se você vai usar uma cooperativa de crédito ou se você vai usar um outro agente financeiro, você pode escolher isso olhando para a taxa de juros, mas você também pode escolher isso olhando para exatamente onde aqueles recursos serão aplicados, se aqueles recursos serão aplicados em um setor produtivo local [...] ou se eles vão ser investidos internacionalmente, etc. Ou seja, um cidadão financeiro [...] tem que ser capaz de entender o funcionamento do sistema financeiro e ser capaz de participar da sua construção e do seu aperfeiçoamento (BCB, 2018a, p. 25).

Entende-se por microfinanças o conjunto de serviços financeiros que envolvem valores de pequena monta, oferecidos a indivíduos de baixa renda. (ARMENDARIZ e MORDUCH, 2005). Os serviços fornecidos pelas Instituições de Microfinanças são: Seguros, poupança e microcrédito, dando maior importância ao microcrédito, pois permite a inclusão social e financeira (BECK, 2015). O significado de microcrédito segundo Nichter, Goldmark e Fiori (2012), nada mais é que o empréstimo de pequeno valor, para atividades de produção.

As Instituições de Microfinanças (IMFs) são consideradas fontes de acesso à serviços financeiros para pessoas e organizações com movimentações de pequeno porte. Elas fazem parte do mercado financeiro e são especialistas em serviços de microfinanças, podendo ser constituídas por: Organizações da Sociedade Civil Interesse Público (OSCIPIs), fundos públicos, bancos comerciais públicos e privados, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno porte (SCMEPPs), Organizações Não – Governamentais (ONGs), e por Cooperativas de crédito (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

O acesso ao sistema financeiro por toda a população é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico, pois o seu funcionamento e uso de forma adequada influencia diretamente o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, pode-se dizer que instituições financeiras que prestam serviços acessíveis e de qualidade a todas as camadas da população, inserindo também os mais pobres e visando a estabilidade, estão contribuindo tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento econômico de uma nação. As instituições financeiras, por sua vez, também têm como responsabilidade atentar-se à concessão de uma educação financeira aos seus clientes, principalmente os incluídos de baixa renda, pois a falta

de educação financeira leva as famílias ao alto endividamento e alto comprometimento da renda.

Estudos apontam que quanto mais cedo uma pessoa é educada financeiramente, mais próspera será no futuro. Nações que tem em sua grade escolar fundamental a educação financeira como matéria podem apresentar um desenvolvimento mais sólido e sustentável. O mal hábito do gasto, o processo inflacionário e as altas taxas de desemprego podem gerar grandes problemas na economia, principalmente entre as famílias de baixa renda.

A educação financeira é tema importantíssimo para a economia de um país, a habilidade de fazer escolhas seguras e conscientes a respeito de finanças é fator impactante dentro de uma comunidade (WISNIEWSKI, 2011). Segundo Meier e Sprenger (2012) por meio da educação financeira os indivíduos tornam-se capazes de gerir seus fluxos financeiros de forma racional e consciente, o que proporciona consumidores e investidores com maior autonomia financeira. Rodrigues (2012) pontua que capacitar a sociedade brasileira a respeito de finanças pode ser instrumento de fomento a participação de pessoas no mercado financeiro, que uma vez instruídas poderão atuar mais ativa e conscientemente neste nicho.

Savoia, Saito e Santana (2007) definem a educação financeira como uma atividade utilizada para disseminar conhecimentos que desenvolvem nos indivíduos habilidades para uma tomada de decisão fundamentada e segura. Segundo Augustinis, Costa e Barros, (2012, p.84) ela “está relacionado ao método pelo qual se pode alcançar as competências necessárias para a compreensão de questões relativas à economia e a finanças”.

Ser educado financeiramente é ter a capacidade de planejar e tomar decisões financeiras de forma correta, estar atento ao mercado e assuntos como dinheiro, crédito, investimentos, impostos, entre outros que são considerados relevantes na oferta de produtos e serviços financeiros (HIRA, 2009). Uma pessoa educada financeiramente é aquela capaz de organizar as suas finanças pessoais e dominar assuntos e ferramentas como orçamentos, poupança e investimento. O indivíduo que possui estas habilidades tem maior disponibilidade de renda e menor endividamento, e contribuem para a estabilidade e eficiência do sistema econômico (KLAPPER, LUSARDI E PANOS, 2012).

Atualmente o hábito de poupar tornou-se necessidade, num futuro incerto, onde não sabemos se teremos uma aposentadoria justa, é indicado que todos tomem medidas que visam precaver isso. No entanto não é somente no longo prazo que devemos nos preocupar, hábitos de consumo consciente tem efeitos no curto prazo também, pois a mudança do estilo de consumo causado pela educação financeira pode gerar resultados positivos em períodos de curto prazo.

Tendo em vista uma educação muitas vezes precária, baixo nível de escolaridade e uma economia burocrática, o Brasil cria cada vez mais gerações com consumo cada vez mais vorazes e negligentes. Por isso é imprescindível que se continue a instigar a educação financeira em todas as faixas etárias, afinal adultos educados financeiramente são consumidores que trarão resultados no curto prazo, os jovens no médio e as crianças no longo prazo.

Um fator importante é sobre a disponibilização de crédito, principalmente para a camada mais pobre da população. De acordo com dados do Banco Central, o endividamento das famílias vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, principalmente em famílias tomadoras de crédito (BCB, 2015, p. 118-122). Junto ao endividamento cresce também o índice de inadimplência. Assim, torna-se muito importante que junto com o acesso ao crédito, se tenha também a educação financeira, para que o uso do crédito seja feito de forma responsável e consciente, para que se gere desenvolvimento em vez de endividamento.

A participação de agentes educadores como nas instituições financeiras se mostra essencial nesse processo, pois muitas dessas instituições fazem parcerias com autarquias e o poder público para promoverem eventos com programações voltadas para o tema de educação financeira. Ações essas, que muitas vezes serão a primeira ou única oportunidade na vida de muitas pessoas que se encontram em de estado exclusão financeira.

Em vista da crescente necessidade da Educação Financeira, as instituições têm investido tempo e dinheiro em projetos que viabilizam o processo democrático de levar a Educação Financeira a todos. Inclusive muitas delas, criam setores dentro da sua própria organização. Compostos de educadores, psicólogos, sociólogos e demais profissionais, somam a implantação dessa educação de maneira didática, empregando integralmente sua jornada de trabalho, inclusive extras-jornadas, para esse objetivo.

Assim, a educação financeira é o processo de conscientização do consumo pessoal e a relação com a capacidade de capitalizar-se. Ela aborda temas que estão relacionados com o valor do dinheiro no tempo, explicando conceitos como juros, taxas, períodos de curto, médio e longo prazo, correções monetárias, taxas básicas, fatores como a inflação e seu impacto no consumo familiar entre outros. Tudo aquilo que traz ao indivíduo o consumo mais racional e rentável.

### **2.1.1 Cooperativas de crédito enquanto agente de inclusão financeira**

As cooperativas de crédito são como extensão das economias das pessoas associadas a ela. Estas instituições financeiras atuam de forma semelhante aos bancos comerciais, podendo ainda atuar como intermediadoras de recursos públicos em repasse de programas de crédito como Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PMNPO) (BITTENCOURT, 2001).

Para Feltrim, Ventura e Dohl (2009, p.116) “muito além de serem instituições que inserem pessoas no mercado financeiro por seus produtos e serviços, as cooperativas de crédito promovem, por natureza, a inclusão financeira”. Devido a sua ligação com o quadro social da comunidade em que estão inseridas, as cooperativas são as instituições ideais para levar desenvolvimento para seus associados, pois o elo constante com a comunidade é capaz de identificar quais são suas necessidades.

Segundo Bialoskorski Neto (1998) as cooperativas tem uma fundamentação ideológica e doutrinária, controlada por uma legislação específica, e cada membro tem apenas direito ao voto nas decisões das organizações, os resultados extras são divididos entre os membros, e o ganho é proporcional à atividade de cada um com a sua cooperativa e não proporcional ao capital alocado como em outras organizações. Portanto a principal motivação das cooperativas de crédito é conceder serviços financeiros aos seus membros em particular, depósito de poupança e acesso ao crédito.

Santos (2009) afirma que a grande parte de empresários de pequenas empresas tem dificuldade com a obtenção de crédito, devido as taxas, prazos e garantia de acordo com sua conveniência, partindo dessa premissa, surgiram as cooperativas de crédito. Segundo Mélian e Cabo (2006), as cooperativas de crédito e os bancos formam o sistema bancário, porém as cooperativas divergem das outras instituições financeiras, pois devido sua forma jurídica estas são marcadas como organizações do terceiro setor.

Santos (2009) aponta as diferentes características entre cooperativa de crédito e as instituições financeiras tradicionais: organização sem fins lucrativos, número ilimitado de associados, cada associado tem um voto, os resultados financeiros oriundos de atos cooperativos são isentos de tributos e desenvolve-se por colaboração. Por possuírem toda uma estrutura e legislação que as regem, as cooperativas de crédito atuam de forma diferente dos bancos tradicionais. Apesar de muitas vezes o senso comum denominarem as cooperativas como banco, está bem claro na legislação que “é vedado às cooperativas o uso da expressão “Banco”” (BRASIL, 2019, p.2). A semelhança entre cooperativas de crédito e bancos se dá pelo fato de ambos serem instituições financeiras, que oferecem os mesmos produtos e serviços financeiros aos seus cooperados ou clientes, respectivamente.

A prática do cooperativismo possui diversos regimentos que devem ser seguidos com o objetivo de se manter e disseminar a cultura cooperativista. Por isso foram estabelecidos os sete princípios que regem seus valores, sua cultura e ordenam seus processos, sendo eles: 1. Adesão Voluntária e Livre; 2. Gestão Democrática; 3. Participação Econômica dos Sócios; 4. Autonomia e Independência; 5. Educação, Formação e Informação; 6. Intercooperação; 7. Preocupação com a Comunidade (BERTUOL; CANÇADO; SOUZA, 2012).

Por meio do quinto princípio as cooperativas visam educar, formar e informar colaboradores, cooperados, e a comunidade em que está inserida. Embora este princípio seja muito voltado para a disseminação da cultura cooperativista, nas cooperativas de crédito a educação financeira foi agregada como tema de grande importância no desenvolver das atividades, pois de acordo com a visão estratégica dos líderes cooperativários ela pode contribuir com o mercado de negócios, sendo indiretamente um chamariz de novos cooperados.

### **3 METODOLOGIA**

Esse estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa descritiva. A pesquisa descritiva não tem como objetivo interpretar os fenômenos que analisa, cabe a ela expor as variáveis em questão sem acrescentar juízo de valor a elas, ou seja, “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VIEIRA, 2002, p. 65). Em pesquisas qualitativas o pesquisador busca considerar os pontos de vista relevantes das variáveis envolvidas num problema em sua complexidade. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental como ferramentas de coleta e análise de da informação a fim de colocar o pesquisador em contato com o que já foi pesquisado e escrito e que esteja relacionado ao tema estudado.

Como meios de coleta de dados foi realizado um estudo nas cooperativas Sicoob e Sicredi, buscando descrever e compreender suas atuações em prol da educação financeira, sendo, portanto, caracterizado como estudo descritivo-qualitativo. Foi realizada pesquisa documental nos relatórios das instituições, documentos e sites das mesmas, assim como em matérias publicadas em jornais que se relacionem com o tema. Triviños (1987) classifica como dados documentais, aqueles fornecidos pela instituição ou entrevistado, podendo ser utilizados relatórios, anais, periódicos ou qualquer outro meio que possua dados do assunto em questão.

Após serem coletados, os dados serão submetidos a uma metodologia descrita por Moraes (1999, p.1) como análise de conteúdo, que tem seu fundamento em “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativa ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Esse processo de acordo com Moraes (1999, p.1) é constituído de cinco etapas: (1) Preparação das informações; (2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; (3) Categorização ou classificação das unidades em categorias; (4) Descrição; (5) Interpretação.

### **4 ANÁLISE DE DADOS**

#### **4.1 DAS INSTITUIÇÕES**

O Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, é maior instituição cooperativa do Brasil, segundo relatório (2018) possui 4,4 milhões cooperados, 2910 pontos de atendimento, divididos entre as suas 450 singulares, que estão ligadas a uma de suas 16

centrais que estão ligadas ao Sicoob confederação, com sede em Brasília. O Sistema foi fundado em 1997, através da criação do Bancoob, e desde então cresceu até se tornar a quinta maior entre as instituições financeiras que atuam no país, em número de pontos de atendimento. Por meio das cooperativas que integram o sistema, os cooperados podem adquirir produtos e serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros diversos produtos, e como qualquer outra instituição financeira como os mais consolidados e tradicionais bancos (RELATÓRIO ANUAL SISTÊMICO, 2018).

O Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI é a primeira cooperativa financeira do Brasil, atuando há 117 anos no ramo. O sistema possui mais de 4 milhões de associados, aproximadamente 1684 agências, alocadas entre suas 114 singulares, que estão vinculadas a uma de suas 5 centrais, que estão ligadas ao Confederação Sicredi. A cooperativa oferece mais de trezentos produtos e serviços financeiros, e tem como ponto forte o ramo agro, tendo 52,6% de suas agências localizadas em municípios rurais, ou rurais desenvolvidos. Por meio do cooperativismo o sistema está num ritmo de crescimento, remando contra a crise que assola o país e ampliando a sua atuação tendo crescido 8,7%, em número de pontos de atendimentos no ano de 2018 (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SICREDI, 2018).

#### 4.2 ATUAÇÃO EM AÇÕES EM PROL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Ambas as cooperativas analisadas possuem programas de diferentes abrangências, públicos e objetivos. Todos eles são ferramentas importantes dentro do mercado financeiro e apresentam resultados relevantes, agregando conhecimento e melhorando a saúde financeira dos impactados.

O Sicoob realiza suas ações de educação financeira através do Instituto Sicoob, a instituição é controlada pela cooperativa e executa atividades voltadas para a comunidade como um todo, não apenas aos cooperados. O Instituto possui três eixos de atuação, sendo eles: Cooperativismo e Empreendedorismo; Desenvolvimento Sustentável; e Cidadania Financeira. O eixo Cidadania Financeira é o responsável pelas ações de Educação Financeira, neles são desenvolvidos programa e ações para a comunidade que auxiliam para o desenvolvimento de habilidades que permitam organização pessoal das finanças, bom como entender melhor o mercado financeiro. Atualmente o eixo Cidadania Financeira possui três programas: as Palestras de Educação Financeira; o Programa Se Liga Finanças; e as Clínicas Financeiras.

O Sistema Sicredi tem um programa chamado Cooperação na Ponta do Lápis. Ele vigora o ano todo, os colaboradores se inscrevem de forma voluntária, e recebem capacitação por meio do Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central, tornando-se multiplicadores desse conhecimento em suas comunidades (escolas, empresas, associações, etc.).

**Quadro 2 – Objetivos dos programas de Educação Financeira**

Programas	Objetivos
Sicoob	
Palestras de Educação Financeira	Levar educação financeira em escala e com efeito multiplicador.
Programa Se Liga Finanças	Abordar a Educação Financeira com o público jovem, evidenciando os benefícios de uma vida financeira saudável, proporcionada pelo uso consciente do dinheiro.
Clínicas Financeiras	Tirar dúvidas em questões que fazem parte do dia a dia, tais como: organização do orçamento, cálculo de juros, endividamento dentre outros assuntos de interesse do cidadão.

Sicredi	
Cooperação na Ponta do Lápis	Disseminar a educação financeira e contribuir com o fortalecimento da cidadania e da autonomia.

Fonte: (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SICOOB, 2018; RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SICREDI, 2018).

Em 2010, por meio de um decreto, foi instituída a ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Ela tem por objetivo articular e estruturar a educação financeira, bem como ações que fortaleçam a cidadania e contribuam para a solidificação do sistema financeiro nacional. A ENEF tem como principal órgão executivo a Associação de Educação Financeira do Brasil, uma entidade sem fins lucrativos responsável por conceber, planejar, estruturar, desenvolver, implementar e administrar iniciativas transversais da ENEF (BCB, 2011).

Em 2014 devido à relevância dos serviços desenvolvidos pela ENEF veio o reconhecimento, o Brasil venceu o prêmio Country Award 2014 que foi entregue na 3ª edição do Child and Youth Finance International (CYFI). Esta honraria é entregue a instituições governamentais que fomentam a regulação financeira para crianças e jovens atrelada a forma de levar cidadania econômica por meio de canais formais e não formais de educação. Destacaram – se o Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF) e o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC), bem como o Programa de Educação Financeira nas Escolas – Ensino Médio (BCB, 2014).

Durante a semana ENEF (Semana Nacional de Educação Financeira), que acontece em maio, ocorre o maior fluxo de ações, porém, como já mencionado acima, as ações ocorrem o ano todo, ficando a cargo dos voluntários serem os embaixadores do movimento. A cooperativa investe, além da capacitação, em materiais como apostilas, vídeos e brindes para as ações. O programa, dentre outros objetivos, tem como prioridade fortalecer a autonomia e cidadania dos impactados, dando a oportunidade de se conhecer melhor o mercado financeiro, e o planejamento e organização das finanças pessoais.

Muitas destas ações são intensificadas durante a semana ENEF, na qual as cooperativas se consolidam ano a ano como os principais atores. A sexta edição da Semana ENEF, realizada em 2019, bateu recordes de iniciativas e público. O número de ações saltou de 6943 para 14835, tendo apresentado um crescimento superior a 100% em relação a 2018. O público total foi de 70,7 milhões de pessoas, 17 vezes em relação ao ano anterior. Tal crescimento só foi possível graças à gigante atuação do segmento cooperativo durante a semana, que foi responsável por 80% do número de iniciativas e por 86% do público alcançado (CONEF, 2019).

Durante a semana ENEF o Sicoob, junto ao Instituto Sicoob, apresentou um aumento de 446% no número de ações em relação ao ano anterior. Foram realizadas, durante 20 e 26 de maio de 2019, 4584 ações presenciais e online, este número representa 31% do total das ações cadastradas (INSTITUTO SICOOB, 2019).

O Sicredi teve atuação de grande relevância, segundo o BACEN 37% das ações da semana foram realizadas pela instituição, tendo impactado mais de 4,4 milhões de pessoas em mais de 4.700 ações presenciais em 964 municípios, totalizando aproximadamente 7 mil horas de capacitação, sendo 73% delas palestras e 22% oficina (SICREDI, 2019).

Estes números representam apenas ações cadastradas junto ao BACEN, portanto eventualmente podem ter sido desconsideradas ações com cooperados e a comunidade, que por ventura podem não terem sido contabilizadas devido a dificuldades burocráticas e técnicas enfrentadas pelos promotores de ações. Por tal razão técnica o número real de ações pode ser ainda maior, embora este problema tenha sido enfrentado por todas as instituições, este fato é exposto para demonstrarmos o volume de ações promovidos pelas instituições aqui citadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade analisar as ações desenvolvidas em prol da educação financeira por diferentes instituições, no município de Maringá-PR, observando a forma como elas estão tratando do tema e levando aos seus clientes. Cabe ressaltar que diante da pandemia o estudo ficou restrito a apenas duas cooperativas de crédito, Sicred e Sicoob, pois o isolamento social inviabilizou a análise de outras instituições. O mais importante a ser observado é se, independentemente do tipo de instituição, se procuram difundir a cultura de poupar e o consumo consciente tanto de produtos quanto do crédito, gerando uma disputa benéfica para toda a sociedade, levando maior número de pessoas a se envolverem no processo da Educação Financeira, alcançando dessa forma de maneira mais eficiente, maior nível de esclarecimento.

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar as ações e iniciativas de instituições financeiras a favor da difusão da educação financeira e compreender quais são as semelhanças e diferenças dessas ações entre as instituições analisadas e quais se destacam no tema. Foi possível demonstrar que o tema tem grande importância no cenário econômico, e é fator essencial no desenvolvimento sustentável de uma comunidade.

Embora existam programas correntes durante o ano, a Semana ENEF se demonstrou a principal iniciativa a nível nacional para promover o tema, em 2019 apresentou um aumento significativo em relação aos anteriores. Existe uma intensificação de ações apresentadas no período que concentra um grande número de ações de algumas instituições, por outro lado, escancara a timidez de grandes instituições que, mesmo no período de maior volume de ações, apresentam um percentual muito abaixo do esperado ao se comparar com as cooperativas de crédito.

Essas cooperativas de crédito, demonstraram um importante papel, tanto no mercado financeiro, como na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades, facilitando o acesso ao crédito e formando pessoas. Elas praticam veemente a inclusão financeira e são atores importantes do desenvolvimento sustentável. No que se refere a educação financeira, o cooperativismo de crédito é mencionado, inclusive pelo BACEN, como os principais atores do tema. Ele se consolida ano a ano, praticando a maior parte do volume de ações realizadas no país.

Por fim, o estudo mostrou alguns dos princípios do cooperativismo sendo cumpridos em sua essência, por meio do interesse na comunidade, as cooperativas levam educação, formação e informação, que possibilitam a capacitação de pessoas no tema educação financeira. Estas pessoas, após passarem pelos programas, adquirem o conhecimento necessário para ter uma vida financeira mais saudável e assim melhorar a sua qualidade de vida. Portanto, pode-se inferir que as cooperativas de crédito possuem um importante papel, tanto no mercado financeiro, como na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades, facilitando o acesso ao crédito e formando pessoas. Elas praticam veemente a inclusão financeira e são atores importantes do desenvolvimento sustentável.

Devido à abrangência de foco do presente estudo e das limitações por motivos da pandemia, julga-se importante o desenvolvimento de pesquisas futuras, que possam aprofundar sobre os benefícios das ações de educação financeira nas comunidades por outros tipos de instituições financeiras e até mesmo outras cooperativas, contribuindo assim, ainda mais para o entendimento desse tema de grande relevância.

## REFERÊNCIAS

ARMENDÁRIZ de AGHION, B. MORDUCH, J. **The economics of microfinance**. Cambridge: MIT Press. 2005.

AUGUSTINIS, Viviane Franco; COSTA, Alessandra de Sá Mello da; BARROS, Denise Franca. Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. **Revista Adm.made**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.79-102, set. 2012. Quadrimestral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. Brasília: BCB, 2018a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional: relatório 2012-2014**. Parceria Nacional para Inclusão Financeira –Brasília: Banco Central do Brasil, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília: BCB, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: BCB, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 1. Brasília: BCB, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 2. Brasília: BCB, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 3. Brasília: BCB, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979/2002.

BECK, Thorsten. **Microfinance: A Critical Literature Survey**. IEG Working Paper 2015/4. World Bank Group, 2015.

BERTUOL, Rafael; CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. **Aos: Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Belem, v. 01, p.7-18, ago. 2012. Quadrimestral.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital**. 1998. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, Piracicaba - SP, 1998.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento**. Estudos NEAD 4. 2ª Edição – Revisada, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em: 23 ago. 2019.

BÚRIGO, Fabio Luiz. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CHAVES, Sidney Soares. **Cooperativismo de crédito e empresas de pequeno porte em arranjos produtivos locais**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DEMIRGUC-KUNT, A.; KLAPPER, L. **Measuring financial inclusion – the Global Findex Database**. The world bank, developmentresearchgroup, financeandprivatesectordevelopmentteam. PolicyResearchWorkingPaper 6025, abr. 2012.

EXAME. **Exame**. Cooperativas de crédito roubam a cena: É hora de sair do seu banco?. Disponível em: <[www.exame.abril.com.br](http://www.exame.abril.com.br)> Acesso em: 28 set 2019.

- FEBRABAN. **Bancarização e inclusão financeira no Brasil**. Congresso Latino-Americano de Inclusão Financeira. Julho, 2011.
- FELTRIM, VENTURA, DOLT (Coords). **Inclusão Financeira: Perspectativas e Desafios para inclusão financeira no Brasil-Visão de diferentes autores**. Banco Central do Brasil, 2009.
- FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; SILVA, Daniela Fonseca da. **Educação Cooperativista**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-tec Brasil, 2015. 65 p.
- GINI, Sergio. **Sicoob Central Unicoob: 15 anos**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2017. 384 p.
- GONZALEZ, Lauro. Microcrédito nas cooperativas: um estudo exploratório. In: ENCONTRO DA ENANPAD, 27., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.
- GREATTI, Ligia. **As Cooperativas de Crédito e a Implementação da Política de Inclusão Financeira no Brasil**. 2017. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.
- HIRA, Tahira K. **Personal Finance: Past, Present and Future**. Dezembro de 2009. Disponível em < <http://ssrn.com/abstract=1522299> > acessado em 06/08/2019.
- KEMPSON, E. et al. **Kept in or opted out?: Understanding and combating financial exclusion**, Bristol, Policy Press, 1999.
- KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria e PANOS, Georgios A. **Financial Literacy and the Financial Crisis**. Março de 2012. Disponível em < <http://ssrn.com/abstract=2038765> > Acessado em 25/07/2019.
- LHACER, Priscilla Maria Villa. **Cooperativas de crédito e formação da taxa de juros nas operações bancárias: Teoria e evidências empíricas para o Brasil**. 2009. 152 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- MEIER, S.; SPRENGER, C. D. Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Estados Unidos, p. 159-174, 2012.
- MELIÁN, A.; CABO, P. El cooperativismo de crédito em el mundo: una especial referencia a los países de América latina. In: Reunión de Economía Mundial, 8, Alicante, 2006, **Anais eletrônicos...** Bragança: 2006, p. 1-21. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/5488> >. Acesso em: 17/07/2019.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NICHTER; GOLDMARK; FIORI. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. PDI/BNDES, 2012.
- PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli; GIOIA, Sílvia Catarina. **Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política**. In: Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Maia Amália Pie Abib Andery... et al. São Paulo: EDUC, 2004.
- PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil / Marcos Antonio Henriques Pinheiro..** 2008. 6 v. - Curso de Direito, Banco do Brasil, Brasília, 2008.
- RELATÓRIO Anual Sistêmico, 2018. SICOOB. Disponível em: <[www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)>. Acesso em 28 setembro 2019.

RELATÓRIO de Sustentabilidade, 2018. **SICOOB.** Disponível em:<<https://www.sicredi.com.br>> Acesso em 01 outubro 2019.

RELATÓRIO de Sustentabilidade, 2018. **SICREDI.** Disponível em:<<https://www.sicredi.com.br>> Acesso em 14 setembro 2019.

RODRIGUES, A. C. A evolução do mercado de capitais e o perfil do acionista minoritário no Brasil. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 107-128, 2012.

SANTOS, C. A. dos. **Cooperativas de Crédito: Série empreendimentos coletivos.** Brasília: Sebrae, 2009.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, vol. 41, n. 6, p.1121-1141, 2007. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/>> acessado em 06/08/2019.

SINGER, Paul. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Ricardo.(Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza.** São Paulo: Ed. Annablume, 2004.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** 2.ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.61-70, jan. 2002. Quadrimestral.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 6, n. 12, p. 155-172, 2011.